

ESPAÇO, TERRITÓRIO E REGIÃO: UMA TENTATIVA DE CONCEITUAÇÃO¹

Paulo Roberto R. Alentejano²

Resumo: Este texto tem por objetivo discutir os conceitos de espaço, território e região, buscando identificar as principais contribuições recentes dentro e fora da teoria geográfica para a atualização destes, buscando-se ao final uma conceituação própria dos mesmos.

Palavras-chave: espaço; território; região; territorialização/desterritorialização.

Abstract: This text intent to analyse the concepts of space, territory and region, identifying the most important contributions to their atualization in and out geographical theory. At last we produce our own conceptualization of them.

Key-words: space; territory; region; territorialization/de-territorialization.

SPACE, TERRITORY, AND REGION: A CONCEPTUAL PROPOSAL

1. Introdução

Paisagem, região, espaço, lugar e território são os conceitos-chave da geografia, desde os primórdios desta disciplina, embora com

¹ Este texto é parte de um trabalho realizado para a disciplina Diversidade Territorial e Regionalização, cursada na Pós-Graduação em Geografia da UFF em 2000.

² Geógrafo, Doutorando em Desenvolvimento e Agricultura pelo CPDA/UFRRJ. Endereço: R. Aristides Lobo, 171 – Casa 08 – Rio Comprido – Rio de Janeiro (RJ) – CEP 20250-450. Telefone: (21) 2502-0605. E-Mail: chinelo@uninet.com.br

sentidos diversos em muitos momentos e, principalmente, com importância diferenciada ao longo do tempo.

Buscaremos recuperar brevemente o debate sobre três destes conceitos - espaço, território e região - e a inter-relação entre eles, a fim de formularmos nosso próprio entendimento destes.

A não inclusão dos conceitos de paisagem e lugar justifica-se por nossa opção de trabalhar com uma escala de análise intermediária e uma dimensão que privilegia os projetos políticos de ordenamento do território, como ficará claro adiante.

2. O debate sobre os conceitos de espaço, território e região

Neste item, buscaremos recuperar brevemente o debate sobre os conceitos de espaço, território e região na tradição geográfica, embora dialogando com outras ciências sociais que em determinados momentos teorizaram - às vezes mais proficuamente que a geografia - sobre estas noções.

2.1. O espaço na tradição geográfica

A palavra espaço, que tem múltiplos usos no senso comum e nas diversas ciências, foi usada na geografia com diversos sentidos ao longo da história desta ciência, desde sua institucionalização em fins do século passado. Porém, o fato dos sentidos atribuídos à palavra espaço terem sido variados não deve ser visto como problema, uma vez que conceitos chave na economia (valor), sociologia (classe social) e antropologia (cultura) também são alvo de intensa polêmica e divergência.

O problema no que se refere ao conceito de espaço na geografia está exatamente na pobreza do debate conceitual, o que pode ser atribuído à fragilidade teórica que historicamente marcou a disciplina, reconhecidamente empiricista.

Além disso, cabe destacar que durante muito tempo a geografia tradicional privilegiou os conceitos de paisagem e região, em detrimento do de espaço, o que contribuiu ainda mais para a pobreza da teorização em torno deste.³

³ Para alguns autores, como MERCIER (1995), boa parte dessa fragilidade pode ser atribuída não aos fundadores como Vidal de La Blache e Ratzel, mas à leitura feita por Febvre da obra destes que, ao opô-las, teria fossilizado o pensamento de Vidal de La Blache e estigmatizado o de Ratzel.

Ratzel e Hartshorne são, nesse sentido, exceções, tendo desenvolvido significativo esforço em torno da teorização da noção de espaço.

Para Ratzel, território e espaço vital são conceitos centrais de sua antropogeografia, ambos fortemente influenciados pela ecologia e a política. Em sua concepção, a natureza influencia o desenvolvimento das sociedades, na medida em que define as condições de reprodução destas, expressas no vínculo com o solo que as sociedades desenvolvem. Disto resulta a constituição do Estado, criado para defender o território necessário ao desenvolvimento das sociedades. Assim, surge seu mais famoso (e criticado) conceito, o de *espaço vital* que representa uma proporção de equilíbrio entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades.

Já para Hartshorne, para quem a geografia tem como objeto às variações espaciais dos fenômenos em suas inter-relações, o espaço era visto como uma dimensão absoluta da realidade equivalente ao tempo, numa perspectiva kantiana.

Condenando o determinismo, pelo reducionismo que promove ao simplificar os processos, atribuindo à natureza o caráter de determinação dos fenômenos geográficos e desconhecendo as complexas inter-relações entre os processos humanos e naturais, Hartshorne critica também os que propõem separar os processos físicos dos humanos, julgando que com isso a geografia perde o seu sentido enquanto ciência. Para ele, "a Geografia é a disciplina que procura descrever e interpretar o caráter variável da terra, de lugar a lugar, como o mundo do homem".⁴

Em sua concepção, a complexidade do objeto geográfico dificulta a formulação de leis gerais, mas o fato da geografia estudar as diferenças espaciais não significa que não busque generalizações.

Se as formulações de Ratzel foram criticadas por servir de base ideológica para o expansionismo germânico e posteriormente nazista, as de Hartshorne tiveram pouca repercussão, ambas sufocadas pelo domínio da geografia regional de influência francesa no pensamento geográfico mundial.

No pós-guerra, a geografia passa por significativas transformações, com o avanço da tecnologia da informática se traduzindo numa tentativa de matematização crescente do conhecimento geográfico,

⁴ HARTSHORNE, 1978: 51 (grifos no original).

sob o argumento da cientificidade das ciências exatas, em contraste com a incerteza das ciências sociais.

Este movimento - que ficou conhecido como *geografia teórico-quantitativa* - retoma a importância da noção de espaço para a geografia. Os principais autores desta corrente, como Bunge, Ullman e Watson, apontam o espaço como o conceito-chave da geografia, desprezando os conceitos de paisagem, região, lugar e território. A distância passa a ser uma categoria essencial nesta abordagem, assumidamente cartesiana, coerente com a perspectiva de transformação da geografia numa ciência exata.

Assim, o espaço é visto como geometria, um conjunto de pontos e distâncias, como nos anéis concêntricos de Von Thünen, na hierarquia de lugares centrais de Christaller, ou na teoria da localização de Weber, exemplos de teorias baseadas na diferenciação espacial, numa perspectiva claramente geométrica.

A concepção de espaço dos geógrafos lógico-positivistas privilegiava a distância, eliminando da análise aspectos como a contradição, os agentes sociais, o tempo e as transformações. Nesta concepção o espaço é visto, a exemplo do que ocorre na tradição das ciências sociais, como dado, fixo, morto, sem movimento ou história.

Nos anos 70, surgem uma série de críticas à geografia teórico-quantitativa, bem como à geografia tradicional. Nelas, invariavelmente, busca-se recuperar a espacialidade na análise geográfica, o que está diretamente ligado à intensificação das contradições sociais e espaciais nos países centrais e periféricos nos últimos anos.

A maioria destes autores procura incorporar o instrumental marxista à análise geográfica, embora reconhecendo o caráter secundário que o espaço tem na obra de Marx, assim como na tradição teórica marxista, onde esta noção era negligenciada, sustentada pela crítica de Marx à excessiva ênfase espacial dada por Hegel aos fenômenos sociais.

A maior parte dos geógrafos que procura introduzir o marxismo na geografia se apóia em Lefébvre que pode ser apontado como principal formulador da renovação do pensamento espacial dentro do marxismo, definindo o espaço ao mesmo tempo como locus e produto da reprodução das relações sociais de produção e, portanto, como centro da luta de classes. Em sua concepção, o espaço é mais importante que o tempo, pois é a condição da reproduzibilidade do capital, o que significa, nestes

tempos de globalização, que o capital necessita desta escala para garantir sua reprodução.⁵

A reprodução das relações de produção implica tanto a extensão quanto a ampliação do modo de produção e de sua base material. Por um lado, portanto, o capitalismo se estendeu ao mundo inteiro, subordinando a si, como Marx o havia concebido, as forças produtivas antecedentes e transformando-as para seu uso. Por outro lado, o capitalismo constituiu novos setores de produção e conseqüentemente de exploração e de dominação: (...) As forças produtivas, no seu crescimento (...) atingiram uma tal potência que produzem o espaço.⁶

Avançando nesta direção e ressaltando as contradições presentes no processo de produção do espaço, o autor cunha sua definição de espaço:

No curso desse vasto processo e transformação, o espaço revela sua natureza, aquilo que ele sempre foi: a) um espaço político, lugar e objeto das estratégias; b) uma projeção do tempo, reagindo sobre ele e permitindo dominá-lo, e, por conseguinte, atualmente explorá-lo até a morte.⁷

Essa centralidade conferida por Lefébvre ao espaço influenciou fortemente os geógrafos, como Milton Santos que cunhou o conceito de formação sócio-espacial, sustentando ser o espaço um fator e não um reflexo social. Para Santos (1985) quatro categorias centrais deveriam ser consideradas na análise do espaço: (1) a forma, isto é, a aparência dos processos espaciais; (2) a função, ou seja, a tarefa dos objetos; (3) a estrutura, qual seja, a natureza social e econômica da sociedade; (4) o processo, isto é, ação de organização do espaço.

O próprio Santos, entretanto, redefiniu sua formulação nos últimos anos, passando a considerar o espaço como uma dimensão da realidade, produzida e reproduzida permanentemente pelas relações

⁵ LEFÉBVRE, 1974.

⁶ LEFÉBVRE, 1999: 176/177.

⁷ Idem, p. 50.

sociais. No contexto atual é o meio técnico-científico informacional a nova cara do espaço e do tempo, onde se instalam as atividades hegemônicas, onde os lugares e temporalidades diversos se unem hierarquicamente.

*A base técnica da sociedade e do espaço constitui, hoje, um dado fundamental da explicação histórica, já que a técnica invadiu todos os aspectos da vida humana, em todos os lugares.*⁸

A influência do pensamento de Lefébvre permanece, entretanto, sendo muito expressiva, como pode ser observado na afirmação de Martins (1999), para quem Lefébvre foi mais longe que qualquer outro autor na análise das contradições do espaço, extraíndo suas formulações do pensamento de Marx, mas avançando em relação a este, por não se ater a uma concepção marxista dogmática. Segundo o autor, as contradições do espaço explicitam-se pelo processo de captura do espaço pelo mundo das mercadorias, sendo que o movimento reprodutivo do capital representa mais do que a reprodução do capital através da mais-valia, mas a tentativa de reprodução incessante do capitalismo, desempenhando o Estado papel fundamental nesse processo, donde a importância da luta de classes.

Para Martins,

*O espaço não é mero receptáculo das coisas produzidas pelas atividades humanas. Como meio e objeto e trabalho universal que é, constitui-se como necessidade e condição prévia de toda atividade prática, econômica, logo, da manifestação da própria vida. Ele próprio constitui uma força produtiva, da qual o capital também se apodera para criar as condições gerais de sua reprodução.*⁹

O autor desenvolve uma profunda crítica à economia política do espaço, corrente teórica que afirma trabalhar em consonância com a tentativa da prática burguesa de reduzir ao máximo o tempo de rotação do capital, tendo sempre como cerne o crescimento econômico, ao passo

que sustenta ser necessário desenvolver uma concepção de espaço calcada em sua natureza política e na percepção que o espaço é palco e alvo da luta de classes.

*Se do ponto de vista prático, a economia política do espaço está ligada à extensão da luta e classes ao espaço, do ponto de vista teórico trata-se de extirpar do horizonte de reflexão as transições, as descontinuidades, as rupturas operadas pelas contradições, e as possibilidades descortinadas pelo caráter dialético da História. Por trás da máscara da economia política do espaço como ciência do espaço esconde-se a velha cara carrancuda do poder estatista. No coração da questão pulsa a relação entre espaço e política.*¹⁰

Uma outra corrente geográfica que se desenvolve a partir dos anos 70 é a humanista, que valoriza a dimensão cultural e existencial na definição das relações espaciais.

*Semelhantemente à geografia crítica, a geografia humanista, calcada nas filosofias do significado, especialmente a fenomenologia e o existencialismo, é uma crítica à geografia de cunho lógico-positivista. Diferentemente daquela, contudo, é a retomada da matriz historicista que caracterizava as correntes possibilista e cultural da geografia tradicional.*¹¹

Embora paisagem, região, território sejam revalorizados dentro desta concepção, lugar é o conceito-chave. Para Tuan (1983), principal teórico desta corrente, o lugar possui um espírito, uma personalidade, um sentido, sendo um espaço de representações simbólicas. Segundo este autor, o espaço tem várias dimensões (pessoal, grupal, conceitual), mas o fundamental é a experiência espacial, daí a noção de espaço vivido que é a marca desta corrente teórica.

⁸ SANTOS, 1994: 67.

⁹ MARTINS, 1999: 25.

¹⁰ Idem, p. 28.

¹¹ CORRÊA, 1995: 30.

Gallais (1977) é outra referência fundamental da abordagem humanista e cultural, destacando que diferentes práticas sociais implicam distintas formas de viver o espaço.

Numa tentativa de sistematização do debate geográfico sobre a noção de espaço e de formulação de uma interpretação própria, Corrêa (1995) considera que mais do que buscar um conceito de espaço, o importante seria desenvolver um instrumental de análise espacial. Neste sentido, destaca a noção de práticas espaciais, definindo-as como:

...ações que contribuem para garantir os diversos projetos. São meios efetivos através dos quais objetiva-se a gestão do território, isto é, a administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução.¹²

Para Corrêa, são cinco as práticas espaciais: (1) seletividade espacial, que significa a valorização dos atributos de cada lugar; (2) fragmentação-remembramento, que indica a movimentação constante do capital de acordo com os atributos de cada local; (3) antecipação espacial, que representa o movimento do capital antecipando-se à valorização de determinadas áreas; (4) marginalização espacial, que implica a exclusão de determinados espaços do circuito de valorização; (5) reprodução, que é a recomposição permanente das condições que asseguram a rentabilidade do capital.

Souza (1997), por sua vez, considera necessário distinguir espaço social de espaço natural, definindo-o como uma construção humana que implica maior ou menor grau de transformação do ambiente natural.

O espaço social é, primeiramente, ou em sua dimensão material e objetiva, um produto da transformação da natureza (do espaço natural: solos, rios etc.) pelo trabalho social.¹³

Acrescenta ainda que o espaço não é apenas uma entidade objetiva, mas também intersubjetiva, uma vez que suas significações são compartilhadas por diversos indivíduos.

¹² Ibidem, p. 35.

¹³ SOUZA, 1997: 22.

Para Smith (1988), o espaço é expressão do valor, representado a estrutura e o desenvolvimento do modo de produção vigente.

O espaço geográfico como um todo é (...) a totalidade de relações espaciais organizadas, num grau maior ou menor dentro de padrões identificáveis, que adequadamente constituem a expressão da estrutura e do desenvolvimento do modo de produção. Como tal o espaço geográfico é mais do que simplesmente a soma das relações separadas compreendidas em suas partes. (...) a integração do espaço pode ser entendida como expressão da universalidade do valor.¹⁴

Soja, por sua vez, em seu esforço de integrar as tradições marxista, social crítica e geográfica, aponta para a possibilidade da construção de uma tríplice dialética: espaço, tempo e ser social. O autor sustenta que as relações sociais e espaciais são dialeticamente interativas, interdependentes, formam e são formadas pelo espaço.

A estrutura do espaço organizado não é uma estrutura separada, com suas leis autônomas de construção e transformação, nem tampouco é simplesmente uma expressão da estrutura de classes que emerge das relações sociais (...) de produção. Ela representa, ao contrário, um componente dialeticamente definido das relações de produção gerais, relações estas que são simultaneamente sociais e espaciais.¹⁵

Já para Moreira, o espaço é tanto uma realidade empírica como uma categoria analítica, sendo determinante chave da história no presente. Em sua concepção, espaço é um conceito genérico que se traduz em formas concretas, como o território, a região e o lugar. É a interação espacial entre os diversos elementos e processos sociais e naturais que produz a diferenciação de áreas na superfície terrestre. Neste sentido, o espaço é a unidade contraditória entre diferença e identidade, definindo o

¹⁴ SMITH, 1988: 130.

¹⁵ SOJA, 1993: 99.

"...conceito de espaço geográfico como a unidade que resulta da combinação das categorias da distribuição e da localização pela ação coabitante do homem."¹⁶

Moreira destaca ainda a contribuição de Lacoste, com sua teoria da espacialidade diferencial por recuperar a unidade entre forma e conteúdo, cartografia e geografia, sustentando que diferentes espaços de conceituação correspondem a diversas escalas de representação.

*Lacoste abol, pois, o olhar do recorte regional, um recorte a priori, calcada numa divisão sintética já dada dos espaços, já dada pela sua própria condição de singularidade, a forma única de se conceber a repartição e a análise do espaço, e leva a cartografia para o olhar contemporâneo do espaço em rede, o espaço estruturado nas configurações do lugar-mundo, um espaço multiplamente relacional, nodosado por seus laços imbricados de horizontalidade e verticalidade.*¹⁷

Merece também ser ressaltada neste debate a posição de Werlen (2000) que propõe a substituição do conceito de espaço pelo de ação social como cerne do pensamento geográfico. Para Werlen a relação espaço-sociedade que durante muito tempo foi apenas um problema conceitual da geografia, é hoje um problema sociológico e político crucial, o que realça a importância da ciência geográfica. Porém, para que esta dê efetiva contribuição ao pensamento social contemporâneo, a geografia deve substituir a noção de espaço pela de ação como conceito chave.

Para isso, Werlen propõe a adoção de uma concepção de geografia apoiada na fenomenologia de Husserl e Schutz, permitindo interpretar o que normalmente é visto como problema espacial, como problema relacionado com a ação humana, pois esta é corpórea.

The socially constructed frame of actions is not a "spatial" cause; it is the product of actions. This means that it is insufficient to proceed from the

¹⁶ MOREIRA, 1996: 5 (grifos no original).

¹⁷ Idem, p. 11.

*assertation that "space" or even materiality already have a meaning "in themselves", a meaning that is constitutive of social facts. Materiality becomes meaningful in the performance of actions with certain intentions, and under certain social (and subjective) conditions.*¹⁸

Na concepção do autor, conhecimento e ação são elementos centrais da modernidade, ao passo que uma visão centrada no espaço é anti-moderna.

*Because of the globalization tendencies in late-modern societies regional knowledg is probably more important then ever. But scientific claims in proper terms can not be linked anymore to the science of space or the science of regional facts. An ontologically adequate research conception of geography needs to respect the knowing and acting subject.*¹⁹

Assim, a concepção de que as ações humanas estavam fortemente condicionadas pela dimensão espaço-temporal é claramente pré-moderna e insuficiente para compreender a realidade atual. Sustenta, com base em Giddens, que no mundo da modernidade tardia economia e cultura não são mais espacial e temporalmente enraizadas e, portanto, rejeita a idéia de que seja possível substituir espaço por espacialidade como cerne da geografia, propondo articular espacialidade com ação humana.

*Spatial and temporal dimensions do not determine the content of social actions as in traditional life forms. They are much more purely formal aspects of human activities.*²⁰

Assim, para Werlen, a geografia não deve ser a ciência do espaço e da região, mas a ciência das implicações regionais do conhecimento e da ação humana, das regionalizações da vida cotidiana. O objeto da

¹⁸ WERLEN, 2000: 4.

¹⁹ Idem, p. 5.

²⁰ Ibidem, p. 7.

geografia não deve ser a produção do espaço, mas a produção geográfica cotidiana das ações sociais. Tal produção cotidiana do espaço dá-se em três domínios: produção-consumo; normatização-política; informação-significância.

Apesar da importância da contribuição de Werlen, parece-nos que sua crítica peca por estar baseada numa concepção de espaço cartesiana, que o vê como distância e materialidade, mas voltaremos a este assunto mais tarde.

As várias tentativas recentes de redefinição do conceito de espaço demonstram a persistência de profundas diferenças no pensamento geográfico, mas também o avanço do debate teórico.

Após este breve resumo do debate sobre a noção de espaço na geografia, destaquemos o tratamento dado a outra noção central, a de território.

2.1.1. O território como categoria geográfica

Assim como a palavra espaço, território também tem tido múltiplos usos. Raffestin (1993) afirma que os geógrafos criaram grande confusão ao usar espaço e território como termos equivalentes. Para este autor, cuja contribuição para a recuperação da importância da noção de território no debate geográfico foi fundamental, há duas diferenças centrais entre espaço e território: de um lado, espaço é uma noção e território um conceito, o que significa um maior grau de formalização do segundo; de outro, espaço é anterior ao território, formando-se o segundo a partir do primeiro.

O território (...) é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si.²¹

Segundo Raffestin, para os marxistas espaço não tem valor de troca, somente de uso, sendo pré-existente, como uma matéria-prima. Desta forma, o território deve ser visto como uma produção a partir do

espaço, seja como produção concreta, seja com representação, ambas portanto envolvendo trabalho.

Enfatizando o caráter político da noção de território, Raffestin sustenta que a imagem territorial projetada por um ator social não é equivalente ao território real pois este é a conjugação de distintos projetos territoriais em disputa.

Segundo o autor, são três os elementos do sistema territorial: a tessitura (repartição), os nós e as redes. As imagens territoriais são a forma assumida pela estrutura (tessitura, nós e redes) manipulada por um sistema de objetivos intencionais e ações, sendo que todos, desde o Estado, passando pelas empresas e chegando aos indivíduos são atores sintagmáticos, isto é produtores de territórios.

A tessitura exprime a área de exercício dos poderes ou a área de capacidade dos poderes, os pontos que integram as malhas são os nós, as nodosidades territoriais, enquanto as redes são a expressão da hierarquia dos pontos. Assim, redes, tessituras e nós revelam um domínio do quadro espaço-temporal.

Toda combinação territorial cristaliza energia e informação, estruturadas por códigos. Como objetivo o sistema territorial pode ser decifrado a partir das combinações estratégicas feitas pelos atores e, como meio, pode ser decifrado por meio dos ganhos e dos custos que acarreta para os atores. O sistema territorial é, portanto, produto e meio de produção.²²

O autor chama atenção para o fato da noção de território ser herdada dos naturalistas, o que cria dificuldades no seu transporte para a análise da realidade social, dificuldade esta que marcou, em sua opinião, o uso desta na história da geografia, levando a uma naturalização desta, quando considera que a territorialidade deve ser vista como a forma das sociedades satisfazerem, num determinado momento e local, para uma certa carga demográfica e instrumentos também determinados, suas necessidades de energia e informação.

Neste sentido, sua definição representa uma certa retomada do conceito de território formulado por Ratzel, que considerava que o território representa as condições de trabalho e existência da sociedade, e,

²¹ RAFFESTIN, 1993: 143-144.

²² Idem, p. 158.

portanto, a perda de território indicava a decadência da sociedade e o progresso requeria o aumento deste.

Em decorrência, Raffestin critica a concepção de territorialidade de Soja por misturar subjetivo e não subjetivo e eliminar as relações de classe, sustentando que a territorialidade só pode ser apreendida em seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal, ao mesmo tempo que permite romper com a oposição bipolar homem-meio, introduzindo a relação de poder entre os homens na análise.

Criticando Raffestin por considerar que este atribui ao território papel de substrato das relações sociais, Souza (1995) define-o como campo de forças, teia ou rede de relações sociais que define um limite e uma alteridade, contrapondo os inseridos e os estranhos àquele espaço.

*O território (...) é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder.*²³

Segundo este autor, geralmente o território é associado ao Estado Nacional, mas devemos analisá-lo em suas várias escalas, além de considerar a possibilidade de vários poderes atuando sobre um mesmo território. Para ele, a diferença entre território e rede está na contigüidade espacial do primeiro e na estrutura de nós e arcos que caracteriza as redes, porém, destaca a possibilidade de se pensar em territórios descontínuos que seriam na realidade redes que articulam dois ou mais territórios contínuos.

Moreira critica Raffestin, por considerar o espaço como um dado, sobre o qual os homens organizam o território, considerando esta noção de espaço, kantiana, e como tal incapaz de dar conta da compreensão dos processos espaciais.

Em sua concepção, território é a expressão espacial da organização das sociedades no que diz respeito ao domínio, constituindo uma fração do espaço, um domínio dentro do espaço, um projeto de construção territorial.

...território como o domínio da localização e da distribuição de onde o homem tira o sentido do ambiental, do mundanamente enraizado, do unido

²³SOUZA, 1995: 78.

*numa identidade, que só acontece com homens culturalmente territorializados.*²⁴

Moreira distingue território de territorialização, definindo esta última como um processo de fixação, de enraizamento territorial, ambiental e cultural. Segundo este autor, hoje predomina o processo de desenraizamento dos homens, não havendo mais vinculação do território com o ambiente e não constituindo-se as raízes culturais. Assim as novas territorialidades são consequência do espaço organizado em rede, portanto, flexíveis e instáveis.

Numa outra direção, Badie (1996) em polêmico livro intitulado "O fim dos territórios", sustenta que o território não é mais o elemento organizador da ordem internacional, pois as estratégias políticas, econômicas e sociais contemporâneas contradizem o princípio da territorialidade.

Seu argumento central é de que apesar de resistirem e reaparecerem em alguns lugares, os territórios vêm perdendo importância de forma crescente e o próprio Estado - voluntária ou forçadamente - adota medidas que o enfraquecem.

Para Badie, as identificações transnacionais referidas a redes econômicas, mercantis, culturais, religiosas, migratórias ou profissionais tendem a se sobrepôr ao princípio da territorialidade. Dentre essas, a dimensão econômica é a mais importante promotora de desterritorialização, via internacionalização das políticas econômicas e extensão das lógicas transnacionais de mercado. Também no que se refere ao âmbito das estratégias empresariais, a lógica da mobilidade supera a da territorialização.

Além das relações econômicas, também as migrações, as trocas de informação e conhecimentos aparecem como elementos privilegiados de constituição destas redes desterritorializadoras. Do mesmo modo, terrorismo e narcotráfico são processos que questionam a soberania territorial e implantam uma nova forma de violência e controle do espaço. Na visão do autor, a desordem territorial está ligada a dois processos aparentemente contraditórios: pressões identitárias e efeitos da mundialização.

²⁴MOREIRA, 1998: 6.

*...o território deixou de ser o suporte exclusivo e uniforme das funções de governo: ele passa a ser substituído pela articulação de espaços múltiplos, mais ou menos especializados, que se equilibram uns aos outros, em vez de se inscreverem numa hierarquia fria e coercitiva.*²⁵

Assim, a crise da territorialidade afeta diretamente a solidariedade nacional, realçando outras relações de solidariedade, extraterritoriais, como a solidariedade das diásporas que escapa ao controle dos estados, sendo que algumas representam verdadeiras potências econômicas, como a chinesa.

A nova ordem territorial é vítima tanto da modernidade, da mobilização crescente dos indivíduos, dos progressos da comunicação, quanto do particularismo, do confessionalismo e do etnicismo. Portanto, o que está no fim é a era do território como fundamento absoluto da soberania política.

O fim dos territórios não consagra a abolição dos espaços: pelo contrário, estes não cessam, com a mundialização, de ser reavaliados, na sua diversidade e na sua flexibilidade.

Do ponto de vista conceitual, é necessário destacar que Badie sustenta que território implica contigüidade e exaustividade, opondo-se à noção de rede que seria sinônimo de liberdade e mobilidade, o que nos parece problemático, tanto pelo caráter exagerado da fixidez que confere ao território, como ao fato de ignorar as amarras sociais que também são constituintes das redes, no que têm por exemplo de reciprocidade.

Em direção semelhante vai Appadurai (1997) que propõe distinguir terra (pertencimento espacial e relativo à origem) de território (integridade, vigilância, policiamento e subsistência). Para o autor, há uma crescente desvinculação entre espaço, lugar, cidadania e nacionalidade. Território e territorialidade passam a constituir a base lógica de sustentação do poder do Estado, mas a nação passa a estar cada vez mais vinculada a aspectos como religião, língua, etnia. Em sua

concepção, somente aos Estados interessa uma idéia de soberania baseada na territorialidade.

*...o território pode ser encarado como um problema crucial na crise contemporânea do Estado-nação ou, mais precisamente, na crise da relação entre Estado e nação. Na medida em que os Estados-nações existentes apóiam-se em alguma idéia implícita de coerência étnica como base da soberania estatal, tendem certamente a transformar em minoria, degradar, penalizar, assassinar ou expulsar aqueles que são vistos como minoria étnica.*²⁶

Para o autor há uma crescente tensão entre pluralismo das diásporas e estabilidade territorial do projeto do Estado-nação moderno, resultando na constituição de novas cartografias que não parecem exigir reivindicações territoriais apoiadas na contigüidade: "a integridade territorial que justifica os Estados e a singularidade étnica que valida as nações são cada vez menos vistas como aspectos complementares".²⁷

Assim, soberania e territorialidade são hoje conceitos apartados, como o demonstra, por exemplo, a atuação das forças de paz da ONU que representa um claro indício de questionamento da soberania territorial do Estado-nação.

*Pode ser que a maior peculiaridade do Estado-nação moderno tenha sido a idéia de que fronteiras territoriais poderiam sustentar indefinidamente a ficção da singularidade étnica nacional. Esta idéia utópica pode ser nossa memória mais duradoura do Estado-nação moderno.*²⁸

Vemos, portanto, que, assim como no caso da noção de espaço, também no caso do território são múltiplas as definições presentes no debate atual. Voltaremos a essa questão posteriormente. Por ora, passemos à discussão da forma como a noção de região vem sendo empregada na geografia.

²⁶ APPADURAI, 1997: 44.

²⁷ Idem, p. 45.

²⁸ Ibidem, p. 46.

²⁵ BADIE, 1996: 258.

2.1.2. A região como conceito chave ou obstáculo na geografia?

Assim como os conceitos de espaço e território, também o de região é alvo de profundas controvérsias. Buscaremos a seguir identificar as mais importantes.

A geografia no seu nascedouro, ressaltou o caráter da diversidade espacial e mascarou a natureza política da idéia de região, atribuindo grande importância às influências do ambiente no desenvolvimento das sociedades ao mesmo tempo que escamoteava os interesses políticos por trás da organização centralizada do espaço. A geografia regional francesa foi sem dúvida o exemplo mais concreto desta visão e sua influência particularmente aguda no desenvolvimento da geografia brasileira. Por conseguinte, o debate inicial acerca da região no Brasil herda este viés naturalista, bastando ver para isso a definição inicial da regionalização brasileira pelo IBGE, onde sobressai o aspecto morfoclimático. Dentro desta perspectiva, a região é vista como um dado, uma unidade que tem existência concreta.

Tal concepção é diretamente derivada da interpretação que se generalizou da obra de Vidal de La Blache, principalmente a partir da leitura deste feita por Lucien Febvre, conforme destaca Mercier (1995). Esta leitura baseou-se fundamentalmente nas obras iniciais de Vidal de La Blache, onde este defende a regionalização com base nas regiões naturais. Ozouf-Marignier e Robic (1995) chamam atenção, entretanto, para o fato de que em obras posteriores, o mesmo enveredou por abordagens de caráter político, associando a noção de região a de território, e, posteriormente, realçando o papel das cidades na organização do espaço, abrindo caminho para a afirmação das regiões econômicas.

*Les articles plus tardifs et le livre consacré à la France de l'Est consacrent une nouvelle entité, la région économique, fondée sur un faisceau d'activités agricoles ou industrielles spécialisées et sur leur organisation par une métropole.*²⁹

²⁹ OZOUF-MARIGNIER & ROBIC, 1995: 42.

Entretanto, foi a concepção da região natural que se tornou a base da geografia regional francesa e influenciou fortemente o pensamento geográfico mundial.

A partir dos anos 30 inicia-se, nos países anglo-saxões, um movimento crítico em relação ao tratamento da questão da região proposto pela geografia regional francesa, cujo centro está justamente no questionamento desta existência concreta das regiões, da sua consideração como algo dado. Hartshorne (1978), principal crítico desta visão, vai desenvolver a idéia de que a região é um conceito construído abstratamente, por meio do entrecruzamento de elementos naturais, econômicos e sociais, o que também já reflete um maior questionamento do papel central na delimitação das regiões atribuído até então ao ambiente.

A contribuição de Hartshorne é de certa forma atropelada pela crescente influência das formulações econômicas na discussão de região, com o debate acerca das desigualdades de desenvolvimento assumindo papel central. A região deixa cada vez mais de ser fruto de diferenças naturais e adquire crescentemente o caráter de economicamente desigual.

Este movimento de substituição da base natural pela base econômica na determinação das regiões reforça a tendência que já se esboçava na crítica de Hartshorne, porém, reduz o impacto de sua outra crítica - a da construção abstrata -, pois os economistas regionais sustentarão o caráter concreto das regiões, considerando-as uma realidade produzida pelo desenvolvimento econômico desigual.

Neste contexto, a região deixa crescentemente de ser vista como homogênea e passa a ser encarada como polarizada, como nucleada por cidades que organizam o espaço a seu redor, incluindo cidades de menor porte, constituindo-se um sistema espacial, onde o que identifica a região não é a uniformidade espacial interna desta, mas as relações que se estabelecem no interior desta pela rede de cidades hierarquizadas e pelo campo, tributário destas.

A partir dos anos 70, esta concepção de região será violentamente criticada com ênfase em seu caráter ideológico, que representaria uma mascaramento da desigualdade social e espacial características da sociedade capitalista. Capitançada pela corrente conhecida como geografia radical, de orientação marxista, esta crítica desembocará na formulação de um conceito de região como resultado dos diferentes padrões de acumulação de capital e da divisão territorial do trabalho.

Entretanto, esta noção também será alvo de críticas radicais, centradas na idéia de que esta concepção anulava as particularidades da geografia como ciência, subordinando-a à economia. Dos anos 50 aos anos 70 o debate sobre a região permanece pautado por este viés economicista, mas começa-se a perceber o desenvolvimento de outras interpretações que realçam aspectos diversos da realidade, principalmente a dimensão social e política, com o resgate do caráter da noção em seus primórdios.

A radicalização da crítica em relação à noção de região culminará na formulação de Lacoste que - no clássico *A geografia* - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra³⁰, dentro de uma profunda crítica histórica, teórica e metodológica à geografia francesa - aponta a região como um conceito obstáculo que deveria ser abandonado pelos geógrafos.

Fruto do pensamento vidaliano, a "região geográfica", considerada a representação espacial, senão única, ao menos fundamental, entidade resultante, pode-se dizer, da síntese harmoniosa e das heranças históricas, se tornou um poderoso conceito-obstáculo que impediu a consideração de outras representações espaciais e o exame de suas relações.
31

Ao naturalizar as relações sociais, este conceito nada esclareceria, ao contrário, entorpeceria a visão acerca das desigualdades espaciais existentes, as quais não seriam fruto de dinâmicas regionais particulares, mas da forma como os processos sociais se articulam nas diversas escalas. Em contrapartida à noção de região, Lacoste formula a idéia de espacialidade diferencial, à qual voltaremos mais tarde.

A crítica lacostiana terá profunda repercussão no debate geográfico e se somará às novas interpretações sociológicas e econômicas, fazendo proliferar ao longo dos anos 80 uma série de novas formulações para a questão, assim como contribuirá para a multiplicação dos autores que apontam para a morte da região, fazendo coro com a

argumentação de Lacoste que a coloca como um conceito a ser abandonado.

Desta crítica resultam dois caminhos básicos: (1) a busca de um novo conceito de região, incorporando as novas formulações do campo das ciências econômicas e sociais; (2) a busca de conceitos alternativos ao de região, entre os quais destaca-se a noção de lugar e a associação local/global via redes.

Tal qual acontecera com o debate econômico nos anos 40/50, também nos anos 70/80 os geógrafos incorporaram os debates econômicos e sociológicos que começam a proliferar no período, como vimos anteriormente, o que resulta no desenvolvimento de duas vertentes básicas no pensamento sobre a região: como espaço vivido e como resultado do desenvolvimento desigual do capitalismo.

A primeira posição reflete uma retomada da concepção humanista dentro da geografia e representa o resgate da idéia de identidade regional, ao mesmo tempo em que reafirma a região como uma realidade concreta:

*...a região passa a ser vista como um produto real, construído dentro de um quadro de solidariedade territorial. Refuta-se, assim, a regionalização e a análise regional, como classificação a partir de critérios externos à vida regional. Para compreender a região é preciso viver a região.*³²

No segundo caso temos a marcante influência das análises marxistas, cujo cerne é a concepção de divisão territorial do trabalho, derivada por sua vez da noção de divisão social do trabalho. Assim, para os geógrafos - e outros cientistas sociais - de inspiração marxista, a região nada mais significa que o resultado do desenvolvimento desigual do capitalismo e do movimento diferencial da acumulação do capital, os quais produzem uma divisão territorial do trabalho que dá origem às regiões, ou como diz Santos:

A região é, pois, nesta perspectiva a síntese concreta e histórica desta instância espacial ontológica dos

³⁰ LACOSTE, 1988.

³¹ Idem, p. 64 (grifos no original).

³² GOMES, 1995: 67.

*processos sociais, produto e meio de produção e reprodução de toda a vida social.*³³

Assim, temos duas direções diferentes de reconceituação da região: uma primeira enfatizando a identidade; outra dando importância à diferença. Consideramos que uma nova e profícua reconceituação da região deverá passar necessariamente pela superação desta falsa oposição. Voltaremos a isto mais tarde, mas antes analisemos mais detidamente os caminhos seguidos pelos que aceitaram a sugestão de Lacoste e abandonaram a noção de região, pois julgamos que há interessantes lições a retirar destas críticas.

2.1.2.1. A globalização e a morte da região

Sem dúvida o avanço do processo de globalização está diretamente vinculado à aceitação crescente da crítica à noção de região e para o aumento dos que consideram-na incapaz de contribuir para elucidar os processos espaciais em curso no mundo contemporâneo. As radicais transformações que o processo de globalização introduziu na relação entre os países são uma das razões básicas para isto.

A grande maioria dos analistas do processo de globalização - sejam eles geógrafos ou não - destaca a articulação dos níveis local-global, embora com ênfase diferenciadas no que se refere à importância da direção dos fluxos de poder e determinação existentes nesta relação.

Santos (1994) caracteriza a globalização como um processo que transforma os territórios nacionais em espaços nacionais da economia internacional, exacerba as especializações produtivas, concentra a produção em unidades menores, mas com maior produtividade, acelera a circulação, recorta horizontal e verticalmente os territórios e instaura uma enorme tensão entre localidade e globalidade.

Giddens (1991), por sua vez, define a globalização como a intensificação das relações sociais em escala mundial, ligando localidades distintas de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. Em sua concepção, trata-se de:

*...um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção anversa às relações muito distanciadas que os modelam. A transformação local é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e espaço.*³⁴

Nessa mesma direção, Haesbaert (1999) chama atenção para a intrínseca contradição entre as tendências de absoluta mobilidade do capital - o global - e de afirmação de identidades étnicas, religiosas, culturais com forte grau de enraizamento - o local:

*Neste jogo entre o local e global não se trata apenas de uma globalização homogeneizadora, que padroniza as desigualdades, e de localismos diferenciadores que "resistem", promovendo a heterogeneização. Assim como a globalização se condensa no nível local, um pouco no sentido da "compressão espaço-temporal" de Harvey (1989), e o local pode se projetar para o global numa espécie de "alongamento" ou "distanciamento tempo-espaço" (tomando por empréstimo o termo de Giddens), também sabemos que condições originalmente locais podem se tornar globais e que a própria globalização pode re-criar o local.*³⁵

Com alguma diferença de ênfase, Souza (1997) considera que não se deve exagerar as tendências homogeneizadoras da globalização, nem a perspectiva de compressão espaço-temporal, uma vez que a queda das barreiras espaciais não significa a perda de importância dos lugares, pois a diferença qualitativa destes passa a ser mais valorizada.

Também Bourdieu (1989) enfatizará que as transformações em curso não significam a desvalorização absoluta dos espaços locais, enfatizando o caráter contraditório do processo:

³³ SANTOS (1978) *apud* GOMES, 1995: 66.

³⁴ GIDDENS, 1991: 69/70.

³⁵ HAESBAERT, 1999: 11.

*A nova divisão internacional do trabalho não só não condena os pequenos Estados isolados, como também se acomoda muito bem a essas unidades oficialmente autônomas e incapazes de impor constrangimentos aos capitais estrangeiros (visto que os poderes locais podem encontrar ganhos evidentes em cederem a sua dependência às grandes potências econômicas). Mas, simultaneamente, a redistribuição dos investimentos no espaço, em função apenas da lógica das taxas diferenciais de lucro, e a deslocalização do poder, que daí resulta, tendem a estimular a revolta contra o Estado.*³⁶

Indo mais longe nesta formulação, Robertson (2000) utiliza a expressão glocalização para exprimir esta idéia de imbricação dos processos locais e globais. Segundo o autor, a globalização não deve ser vista como sobreposição ao local, mas como cruzamento do local com o global, pois o próprio local é produzido trans e extralocalmente. Para Robertson, no mundo atual as expectativas de singularidade estão crescentemente institucionalizadas e globalmente difundidas, tendo os termos glocal e glocalização difundido-se a partir do Japão, refletindo estratégias empresariais de marketing típicas de um país que se inseriu globalmente preservando forte identidade cultural própria: "O global não é em si e por si contraposto ao local. Ao contrário, aquilo que geralmente se entende por local está geralmente no contexto global".³⁷

Assim, local não deve ser visto como contraposição, mas como um aspecto da globalização, sendo fundamental diferenciar a crescente interconexão entre culturas da homogeneização destas. Robertson concorda com a perspectiva giddensiana, vendo a globalização como compressão do mundo, o que implica conexão, mas também como invenção de localidades, à lá Hobsbawn.³⁸

³⁶ BOURDIEU, 1989: 130.

³⁷ ROBERTSON, 2000: 260.

³⁸ A referência aqui é à feliz expressão de HOBBSAWN "invenção das tradições", através a qual o autor mostra como as tradições são em geral construções históricas que assumem ares de herança e um passado distante, quando são constantemente construídas e resignificadas.

Para o autor, o conceito de glocalização é superior ao de globalização pois dá à dimensão espacial a mesma importância conferida à dimensão temporal

*...a forma de globalização está sendo atualmente esculpida de tal modo a, cada vez mais, fazer dos projetos de glocalização os elementos constitutivos da globalização contemporânea.*³⁹

Hall (2000) vai em direção semelhante, destacando o fortalecimento das identidades locais no contexto da globalização, e o efeito pluralizante sobre as identidades, tornando-as mais posicionais, políticas, plurais e diversas.

*Globalização (na forma da especialização flexível e da estratégia de criação de "nichos" de mercado), na verdade, explora a diferenciação local. Assim, ao invés de pensar no global como "substituindo" o local seria mais acurado pensar numa nova articulação entre o "global" e o "local".*⁴⁰

Para o autor, a globalização ao mesmo tempo que é fruto da ocidentalização, produz também o descentramento do Ocidente, de tal forma que o resultado é uma contraditória e tensa interconexão global-local.

*...a globalização não parece estar produzindo nem o triunfo do "global" nem a persistência, em sua velha forma nacionalista, do "local". Os deslocamentos ou os desvios da globalização mostram-se, afinal, mais variados e mais contraditórios do que sugerem seus protagonistas ou seus oponentes.*⁴¹

Analisando especificamente os processos em transformação no mundo agrário, Goodman e Watts (1994) consideram que o entendimento

³⁹ ROBERTSON, op. cit., p. 268.

⁴⁰ HALL, 2000: 77.

⁴¹ Idem, p. 97.

destes passa pela compreensão dos processos de territorialização/desterritorialização vistos como representação de um padrão que articula processos globais e especificidades locais.

Harvey (1992), por sua vez destaca o poder que o capital tem de impor sua lógica global, apesar das resistências regionais que brotam de tempos em tempos nos mais diversos lugares do mundo:

Em suma, o capital continua a dominar, e o faz, em parte, graças ao domínio superior do espaço e do tempo, mesmo quando os movimentos de oposição obtêm por algum tempo o controle de um lugar particular. As "alteridades" e "resistências regionais" que a política pós-moderna enfatiza podem florescer num lugar particular. Mas, com muita frequência, estão sujeitas ao poder que o capital tem sobre a coordenação do espaço fragmentado universal e da marcha do tempo histórico global do capitalismo...⁴²

Já Haesbaert (1997), sustenta que as redes são, em geral, promotoras de desterritorialização, embora haja redes tipicamente reterritorializadoras, como as de solidariedade. Em sua concepção, as redes são tão mais desterritorializantes quanto mais elas são instrumentais e vinculadas à lógica padronizadora do mercado, técnico-informacionais e imateriais, globais e hierárquicas, ilegais ou clandestinas.

Esta valorização das dimensões local e global leva alguns autores a sustentar que o espaço hoje organiza-se sob a forma da rede e não mais da região. Não seria mais possível identificar a existência de regiões, sejam elas homogêneas, polarizadas ou sob qualquer outra forma, pois o que se teria hoje seria a inter-relação local/global, onde as particularidades locais seriam valorizadas e desvalorizadas constantemente pelo capital em seu movimento constante de territorialização-desterritorialização-reterritorialização.

Para Moreira (1998), enquanto a região é uma síntese única entre as frações de espaço da superfície terrestre, cuja característica básica é a demarcação territorial de limites rigorosamente precisos, a rede

⁴² HARVEY, op. cit., p. 218.

caracteriza-se pela fluidez, pela imprecisão dos limites que podem ser constantemente deslocados pelo movimento incessante do capital.

...a rede desloca de um lugar para outro relações sociais e econômicas, e não mais objetos e cultivos, preenchendo-os com a densidade crescentemente elevada das suas relações técnicas e de trocas.⁴³

De acordo com o autor, o que existe hoje é o lugar, resultado da combinação entre horizontalidade (produção) e verticalidade (circulação), ou seja, o global ganha conteúdo quando se territorializa localmente, mas o lugar só tem significado se articulado globalmente na rede através dos fluxos de informação.

Assim como ontem era a contigüidade que integrava numa mesma regionalidade pessoas diferentes mas coabitantes da mesma espacialidade, hoje a acessibilidade à informação é o dado integrador-excludor dos homens e lugares na rede do espaço.⁴⁴

Portanto, vemos que também no que tange ao conceito de região a polêmica é intensa, inclusive no que se refere à própria validade deste no contexto atual.

Este breve resumo do debate sobre as categorias chave na geografia nos permite avançar na definição do que compreendemos por espaço, território, e região.

3. O que entendemos por espaço, território e região

Com base na discussão realizada acima, ousaremos agora definir nosso entendimento dos conceitos de espaço, território e região.

Espaço é a nosso ver a categoria central da geografia e devemos entendê-lo não como substrato, mas como uma das dimensões da realidade, ao lado do tempo. Tudo ocorre no tempo e no espaço, todos os processos têm uma dimensão temporal e espacial.

⁴³ MOREIRA, 1996: 3.

⁴⁴ Idem, p. 4.

Por muito tempo, na tradição das ciências sociais e mesmo na geografia, o espaço era visto como o morto, o fixo, o não-dialético e imóvel, enquanto o tempo era visto como sinônimo de riqueza, fecundidade, vida e dialética.⁴⁵ Hoje há cada vez mais o reconhecimento da fertilidade do espaço como uma das dimensões centrais da realidade, não apenas como palco onde as relações se processam.

Discordamos também dos que propõem separar o espaço social do natural, pois julgamos que uma das riquezas centrais da geografia está justamente na possibilidade de articular tais dimensões da realidade, mas não como se uma das dimensões fosse ativa e a outra passiva, afinal, isso seria incorrer no mesmo erro que realizaram aqueles que imobilizaram o espaço.

Do mesmo modo, não compartilhamos da visão giddensiana que sustenta o esvaziamento da noção de espaço e em seu extremo, conforme Werlen (2000), propõe o abandono do conceito. Nesse sentido, concordamos com Milton Santos.

*Na verdade, o tempo e o espaço não se tornaram vazios ou fantasmagóricos como pensou A. Giddens, mas, ao contrário, por meio do lugar e do cotidiano, o tempo e o espaço, que contêm a variedade das coisas e das ações, também incluem a multiplicidade infinita de perspectivas.*⁴⁶

Assim, consideramos que o espaço deve ser definido como o resultado da interação entre sociedade e natureza, moldado tanto pelas relações sociais que regem as diversas sociedades, como pela relação que estas mantêm com a natureza e a própria dinâmica da natureza. E como produto desta relação, o espaço construído torna-se ele também um elemento de determinação das relações sociais, naturais e da interação destas, num processo dialético.

Já por território, entendemos um determinado domínio espacial sobre o qual os atores sociais afirmam um controle político, que significa na realidade uma forma de ordenamento territorial que propõe um determinado modo de organização das relações sociais e de apropriação da natureza. Assim, o território seria uma parcela do espaço sobre a qual

⁴⁵ HARVEY, op. cit.

⁴⁶ SANTOS, 1994: 39.

incide uma dominação, o que dá a este um caráter eminentemente político, porém, não se deve esquecer que esta dimensão política não é unívoca, na medida em que há uma constante disputa de projetos de ordenamento territorial, que se pautam tanto pela crítica da forma que assumem as relações sociais, como da apropriação dos recursos ambientais, que no caso é criticada também pela natureza.⁴⁷ Desta forma, o território tanto pode ser contínuo como descontínuo, traduzir-se em lugar ou região, estar ou não articulado em rede.

Se o território é um domínio espacial, a região é uma construção social que se distingue do lugar a partir da concepção lacostiana da espacialidade diferencial. Neste sentido, ao contrário da distinção entre espaço e território que é de natureza conceitual, a distinção entre lugar e região é de natureza escalar, o que não quer dizer que seja meramente geométrica, na medida em que, como afirma Lacoste, mudar de escala significa mudar de conteúdo.⁴⁸

Assim, consideramos que as regiões constituem-se e desconstituem-se na complexa relação de territorialização-desterritorialização-reterritorialização que é a marca dos processos espaciais nos dias de hoje.

Referências Bibliográficas

- ALENTEJANO, P.R. **Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais**. Rio de Janeiro, 1997. Dissertação (Mestrado) - CPDA/UFRRJ.
- _____. Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro. In: **Textos CPDA**, n.3. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, setembro/1998.
- APPADURAI, A. Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional. **Novos Estudos**, n.º49. São Paulo: CEBRAP, 1997.
- BADIE, B. **O fim dos territórios: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BECK, U. **O que é globalização? equívocos do globalismo, respostas à globalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

⁴⁷ Os "desastres" e "desequilíbrios" ecológicos, nada mais são que a reação crítica da natureza à forma como as sociedades dela se apropriam.

⁴⁸ LACOSTE, op. cit.

- BOURDIEU, P. A identidade e a representação - elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. À propos de la famille comme catégorie réalisée. In: **Actes de la recherche en sciences sociales**, n° 100, Dez/1993.
- CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito chave da geografia. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R. L. (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- GALLAIS, J. Alguns aspectos do espaço vivido nas civilizações do mundo tropical. **Boletim Geográfico**. V. 35 n. 254. Rio de Janeiro, 1977.
- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: EDUNESP, 1991.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E., CORRÊA, R. L. e GOMES, P. C. C. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- GOODMAN, D., and WATTS, M. Reconfiguring the rural or fording the divide? Capitalista restructuring and the global agro-food system. **The Journal of Peasant Studies**, v.22, n.1, out/1994.
- HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C., e CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- _____. Questões sobre a (pós-)modernidade. **Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia**, n° 1. Rio de Janeiro: UERJ/Departamento de Geografia, jan/1997.
- _____. **Região, diversidade territorial e globalização**. Niterói: mimeo, 1999.
- HIRST, P., THOMPSON, G. **Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- HARTSHORNE, R. **The nature of geography**. Lancaster. Association of American Geographers, 1939.
- _____. **Propósitos e natureza da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- IANNI, Otávio. **Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- LACOSTE, Y. **A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. São Paulo: Papirus, 1988.

- LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.
- _____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- MARTINS, S. Crítica à economia política do espaço. In: DAMIANI, A. L., CARLOS, A. F. A. e SEABRA, O. C. L. (Orgs.) **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.
- MERCIER, G. La région et l'État selon Friedrich Ratzel et Paul Vidal de la Blache. In: **Annales de Géographie**, n. 583. Paris: 1995.
- MOREIRA, R. Da região à rede e ao lugar (a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo). In: **Ciência Geográfica**, ano III, n° 6. Bauru: AGB, 1996.
- _____. **A diferença e a Geografia: o ardil da identidade e a representação da diferença na Geografia**. Niterói: UFF/mimeo, 1999.
- OZOUF-MARIGNIER, Marie-Vic & ROBIC, Marie-Claire. La France au seuil des temps nouveaux - Paul Vidal de la Blache et la régionalisation. In: **L'information Géographique**, n. 59. Paris: Armand Colin, 1995.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- _____. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. In: DUPUY, G. **Réseaux territoriaux**. Caen: Paradigme, 1988.
- ROBERTSON, R. **Globalização: teoria social e cultura global**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SANTOS, M. **A urbanização desigual**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982.
- _____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. RJ: Bertrand Brasil, 1988.
- SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R. L. (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- THRIFT, Nigel. Visando o âmago da região. In: GREGORY, Derek, MARTIN, Ron e SMITH, Graham. **Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- TUAN, Y. F. **Espaço e lugar**. São Paulo: Difel, 1983.
- VIDAL DE LA BLACHE, P. Quadro da Geografia da França. In: **Revista Geographica**, n.1, v.1. Niterói: Mestrado em Geografia/UFF, 2000.
- VIRILIO, P. **O espaço crítico**. Rio de Janeiro: 34, 1993.
- WERLEN, Benno. **Regional and political society**. mimeo. Jena: 2000.